

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.717 - MG (2019/0074190-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO - SP221386  
ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI - PE001183A  
ANA LUIZA ANDRADE NASCIMENTO - MG125379  
**RECORRIDO** : TALITA COSTA BARBOSA  
**ADVOGADO** : MARCO AURELIO ABDANUR GOMES - MG109195  
**INTERES.** : TALITA COSTA BARBOSA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, apresentado por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à Dra. Elísia Helena de Melo Martini e Dra. Ana Luisa Nascimento. subscritoras do recurso especial.

Consta, à fl. 838 um substabelecimento em que não há como identificar o nome e a assinatura do substabelecimento, uma vez que encontra-se ilegível.

Registre-se, ainda, que à fl. 483, há um substabelecimento, sem a procuração originária para a sua substabelecimento, Dra. Nanci Campos.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 852/853), ficou-se inerte (fl. 854).

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

